

O turismo e a resignificação da cultural popular cearense (1970-1980)

ANA AMÉLIA RODRIGUES DE OLIVEIRA*

No dia 27 de junho de 1971, o jornal Gazeta de Notícias publicou um artigo de Antônio Ferreira Neto intitulado *Turismo, uma nova chance para a cultura?* Nele o autor avalia que o desenvolvimento do turismo no Ceará pode ser a oportunidade para que setores como a cultura, que sempre receberam pouca atenção do poder público, possam ser dinamizados. E a forma de se conseguir isso seria através do turismo. O texto diz:

Um ponto de partida já existe para motivar os interessados, a descoberta de que a vitalização da cultura é necessária ao desenvolvimento do turismo. Há uma motivação de ordem prática a exigir um cuidado especial para as atividades culturais porque se acredita no sucesso de um empreendimento de natureza econômica apontado como um dos novos caminhos do Nordeste. (...) Não é por acaso que o turismo descobre a cultura. O grau de interdependência entre as duas atividades é enorme. Explorada convenientemente, a cultura trará rendimentos turísticos inestimáveis. Resta, apenas, encarar a questão de frente e oferecer à vida cultural do Estado as condições indispensáveis à sua dinamização. E esta é a grande oportunidade porque a cultura passa a ser vista como investimento necessário ao êxito de um novo setor na economia nordestina (Gazeta de Notícias, 27/06/1971) [grifo meu].

É possível perceber pela citação apresentada que essa “vitalização” da cultura só se justificava por ser um elemento importante para o desenvolvimento da atividade turística. A motivação para exigir investimento do poder público nesse setor é de ordem prática. Nesse momento, turismo e cultura estão diretamente associados, sendo o turismo a razão do investimento na cultura, e a cultura um dos atrativos que trará rendimento ao turismo praticado no Ceará. Sob essa perspectiva, a cultura torna-se um produto a ser explorado economicamente.

Antônio Ferreira Neto ainda faz suas observações sobre como a cultura popular deveria ser utilizada nesse novo cenário econômico. Ele diz:

* Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Quando se olha para a cultura popular, o campo é imenso. O folclore e o artesanato merecem atenção especial. Particularmente o artesanato que poderia oferecer condições econômicas bem melhores aos que nele trabalham se houvesse racionalidade em sua exploração. O folclore e o artesanato oferecem possibilidades as mais amplas de desenvolvimento cultural. Centros de estudo de cultura popular poderiam apresentar excelentes resultados em termos de afirmação intelectual do Ceará. Os fenômenos folclóricos das diversas regiões do Estado, principalmente do Cariri, poderiam ser estudados mais profundamente, gerando uma grande fonte de interesse para o Ceará que, sem qualquer dúvida, resultaria em benefício da atividade turística (Gazeta de Notícias, 27/06/1971) [grifo meu].

Aqui, mais uma vez, vemos o caráter funcional que é atribuído à cultura, nesse caso à cultura popular. O folclore e o artesanato merecem atenção especial não porque são importantes para a constituição da identidade, como pensavam os estudiosos da cultura popular, e sim porque poderiam resultar em benefícios para a atividade turística. No entanto, percebe-se que o valor atribuído não é apenas o econômico, mas o cultural também, na medida em que a promoção da cultura popular também poderia ser um meio de afirmação intelectual do Ceará.

O entendimento que o autor faz do assunto está em consonância com a política de turismo que se fortalecia no início dos anos 1970, e que justificará, do ponto de vista econômico, o aumento dos gastos do Estado com o patrimônio cultural. Era preciso criar atrativos para os turistas que, além dos encantos naturais, teriam as manifestações culturais que, dotadas de certo valor simbólico, tornar-se-iam mercadoria valorizada.

A década de 1970 marca o início da planificação do turismo no Ceará. Até meados da década de 1960, a exploração da atividade turística se dava de forma muito tímida e estava basicamente restrita à cidade de Fortaleza. O fortalecimento da política de turismo no estado do Ceará é resultado de algumas ações de caráter político que começam a ser pensadas ainda nos anos 1950 e que visavam inserir a região Nordeste na lógica de desenvolvimento capitalista.

A partir dos anos 1960 haverá, por parte do Estado, o incentivo à implantação de diversas atividades econômicas, industriais, comerciais ou agrícolas, que na ótica do poder público possibilitarão o progresso socioeconômico da região. Entendemos que a “indústria do turismo”, termo encontrado em alguns dos documentos pesquisados, foi mais uma das atividades econômicas implantadas na região, e conseqüentemente, no estado do Ceará. O documento *Perspectivas de desenvolvimento do turismo no Nordeste* destaca a importância do turismo para a região:

A importância do turismo e o papel por ele desempenhado já são reconhecidos mundialmente, tanto assim que o seu planejamento vem sendo preocupação de algumas nações, integrando os seus planos globais de desenvolvimento. Tendo em vista essas considerações, o Banco do Nordeste do Brasil realizou um estudo das perspectivas do turismo para a região, cujos resultados compõem o presente volume (Banco do Nordeste do Brasil, 1971, p. 13).

O mesmo documento deixa clara a razão do investimento na área cultural e a influência que o setor turístico tem de intervir nas ações desenvolvidas no setor, cabendo a ele, inclusive, o poder de proteger e promover as atividades folclóricas e artesanais:

Como é sabido, as atividades folclóricas e artesanais cumprem importante papel na indústria do turismo, sendo consideradas como fazendo parte das principais atrações que se pode oferecer ao visitante, estranho aos hábitos da região. Desse modo, cumpre aos organismos estaduais que se ocupam do turismo, preservar, promover o ressurgimento e desenvolver as atividades folclóricas e artesanais, através da fixação de datas para realização de festejos e feiras, respectivamente, bem como da coordenação dessas manifestações de arte (Banco do Nordeste..., 1971, p. 51).

No Brasil, os investimentos na área do turismo se intensificam a partir da criação da Política Nacional de Turismo instituída oficialmente pelo Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, que cria o Conselho Nacional de Turismo e a EMBRATUR (Benevides,

1979).¹ É importante lembrar que a partir do golpe militar de 1964, o país entrou definitivamente no circuito internacional do capitalismo, e o Estado reorganizado, passou a operar dentro de uma lógica cada vez mais planejada, planejamento esse que se iniciou na esfera da política econômica e que depois se estendeu às outras áreas de ação do governo.

A partir do decreto, o governo federal passou a considerar como atividade turística toda e qualquer iniciativa, fosse do setor público ou privado, que tivesse reconhecido interesse no desenvolvimento econômico do país. Ainda segundo o decreto, o poder público também atuaria no sentido de oferecer financiamento e incentivos fiscais às iniciativas que favorecessem a atividade turística nas diferentes regiões do país, como o desconto de 50% no imposto de renda de pessoas jurídicas que investissem na construção, ampliação ou reforma de hotéis, ou obras ou serviços específicos de finalidade turística (Benevides, 1979, p. 5).

Ações como essas vão influenciar no aumento dos investimentos em atividades turísticas no Ceará, que se intensificam no início dos anos 1970. É desse período, por exemplo, a criação da Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR) e o Plano de Incentivo ao Turismo, do governador César Cals (Nobre, 1979, p. 111).

As fontes nos dão evidências de que a relação entre cultura e turismo estava se estreitando, o que nos leva a concluir que, com a promoção de uma política sistemática de turismo no estado deu-se início a um processo que chamaremos de “valorização”² da cultura popular. Essa “valorização” consistiu na apropriação da cultura popular por diversos agentes – idealizada como autêntica expressão da cultura cearense – e na sua incorporação à lógica mercantil através da comercialização como lembrança turística. Dessa forma, a política de turismo pensada para a região idealizou a produção cultural das populações sertanejas e

¹ O incentivo e o crescimento do turismo não eram uma particularidade nacional. O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas instituiu o ano de 1967 como o “Ano do Turismo Internacional”, colocando em voga a possibilidade de aproveitamento turístico do patrimônio de cada país. “Esse *boom* do turismo estava no cenário mundial (do ocidente) diretamente relacionado às questões de desenvolvimento e crescimento econômico, onde os ‘patrimônios nacionais’ tornaram-se um dos instrumentos dessa dinâmica” (Pereira, 2009, p. 85).

² Aqui o termo valorização é entendido como o ato de reconhecer a utilidade de alguma coisa, nesse caso, da cultura popular. Entendemos que esse reconhecimento é histórico, na medida em que o valor utilitário dessa cultura ou a necessidade de usá-la vai variar de acordo com o momento. Ou seja, valorizar a cultura popular, no nosso entendimento, é fazer uso dela.

litorâneas e a apresentou nas feiras e nos museus de cultura popular como autêntica expressão cultural, categoria que associaria, a essa produção cultural, certo valor simbólico.

Essa “valorização” é percebida na estrutura do Anuário do Ceará, publicação que tinha por objetivo divulgar a nova imagem do Ceará. A cultura popular não só ganha espaço na publicação, mas ganha um espaço considerável. As letras dos títulos que apresentam o artesanato e o folclore são bem grandes, e não só estão em negrito como também circuladas por figuras geométricas que destacam o título dentro da página de apresentação, chamando a atenção do leitor. A organização tipográfica das seções relativas ao folclore e ao artesanato, por exemplo, não se diferencia das demais, o que significa que esses temas são tratados da mesma forma que outros assuntos que, a princípio, seriam de relevância maior, como economia e política, por exemplo.

No anuário do Ceará de 1974, na parte referente ao turismo, fica clara a ideia de mercantilização do artesanato, que teria a função de atrair turistas para o estado. O texto do anuário diz:

A indústria artesanal cearense mereceu especial atenção da Secretaria de Indústria e Comércio pelo duplo aspecto da atividade: o artesanato como indústria, propriamente, e como veículo de atração turística. Em vista de sua potencialidade, a Secretaria de Indústria e Comércio resolveu propor via projeto a Primeira Exposição do Artesanato Nordestino, no intuito de desenvolver e estimular a atividade artesanal da Região, através da difusão, propagação e divulgação dos artigos artesanais (Anuário do Ceará, 1974, p. 213) [grifo meu].

É importante ressaltar que o artesanato não estava vinculado somente à Secretaria de Cultura, mas também à Secretaria de Indústria e Comércio, o que já atesta a intenção de atribuir valor econômico à cultura material do povo. Daí a necessidade de incorporar a esses “produtos”, determinados valores simbólicos que seriam essenciais para fazer do artesanato cearense mercadoria valorizada. Diante dessa necessidade, os museus e as casas de cultura popular assumiriam a função de dotar a cultura popular de certos atributos.

No livro sobre o Conselho Estadual de Cultura do Ceará, Geraldo Nobre comenta o fato de que o governador César Cals (1971 – 1974) pretendia executar um plano de incentivo ao turismo no estado durante a sua gestão. O plano previa melhorias nas rodovias estaduais e na rede hoteleira, a definição de um calendário turístico, bem como a promoção do trabalho do artesão, já que o governador via no artesanato uma importante motivação econômica para o setor. Sobre o assunto, Geraldo Nobre afirma:

Vendo no artesanato uma das motivações para o turismo, o Governador César Cals de Oliveira Filho preocupava-se, desde o início de sua administração, em promover o trabalho dos artesãos, idealizando uma Feira de Artesanato, para a qual pensou em desapropriar o chamado Mercado dos Pinhões, em Fortaleza (Nobre, 1979, p. 111).

A exploração econômica do popular colocará em xeque um dos principais argumentos defendidos pelos folcloristas, a ancestralidade das tradições populares, que defendia a ideia de que o saber-fazer popular era transmitido a cada geração, processo que garantia a “autenticidade” desses saberes. Dentro dessa nova dinâmica econômica, o conhecimento das práticas artesanais poderia ser adquirido através de cursos e treinamentos que eram oferecidos pelo governo como forma de incentivar a produção artesanal no estado. Ou seja, a partir dessa nova perspectiva, para ser artesão, não era necessário pertencer a uma cultura tradicional, constituída em regiões afastadas dos centros urbanos, como acreditavam os folcloristas, mas conhecer o ofício, conhecimento que poderia ser adquirido através de um curso realizado no SESI ou no SENAC.

Os incentivos eram dados pela Secretaria de Indústria e Comércio do Ceará, que além de oferecer formação, realizava projetos e exposições voltados para a promoção do artesanato. Uma das atribuições da Secretaria era “organizar e incentivar o artesanato através da prestação de assistência técnica, da identificação de mercados, da realização de cursos de treinamento de pessoal e de projetos relativos a essa faixa de trabalho” (Anuário do Ceará, 1975, p. 325).

Mas o posicionamento do Anuário do Ceará em relação à questão se mostra complexo. Se em alguns momentos ele apresenta e incentiva as novas formas de produção e circulação da cultura popular, como vimos anteriormente, noutros ele reforça o discurso dos folcloristas e intelectuais que defendem o primitivismo, o isolamento, a espontaneidade e o anonimato das tradições populares. Sobre a produção de cestarias e trançados, o anuário de 1973 diz:

No que refere às técnicas de hoje, são autóctones herdadas. Os modelos de cestaria variam conforme a matéria-prima disponível e com maior frequência, de acordo com o material a ser transportado. “O maior ou menor espaço entre as telas do trançado depende da destinação”. Este é um artesanato de muita simplicidade que pouco ou nada mudou ou evoluiu no decorrer do tempo. A linha de produção de trançados e cestaria é inteiramente manual, ocupando, tanto na zona rural como urbana, largo contingente de mão-de-obra – mulheres e crianças na maioria – de baixíssimo nível de renda, em razão do caráter rudimentar e primitivo da atividade (Anuário do Ceará, 1973, p. 61).

O que se percebe é que o artesanato significava motivação para a economia do estado, e é essa motivação econômica que influencia o poder público a aumentar seus gastos com o patrimônio cultural. Instituições como a SUDENE e o Banco do Nordeste financiarão atividades vinculadas ao setor turístico, como o levantamento e cadastramento fotográfico do patrimônio arquitetônico do Ceará e a elaboração do primeiro catálogo e guia turístico do Nordeste (Anuário do Ceará, 1975, p. 481).

O interesse do turismo pela cultura, mais uma vez, é comprovado numa matéria publicada no jornal Gazeta de Notícias, intitulada *Cultura prepara mapa turístico de nosso estado*. O texto trata do potencial econômico que a atividade turística demonstra no nordeste e de que é necessário que cada estado defina os seus lugares e atrações que poderão servir de ponto de atração para os visitantes:

Os pontos turísticos e festejos tradicionais do Ceará já estão sendo levantados pelo Departamento de Turismo da Secretaria de Cultura. Segunda-feira o próprio

secretário Raimundo Girão, em companhia do técnico Guilherme Severiano e do fotógrafo José Alves, êstes do BNB, visitam tôda a zona litorânea que vai de Fortaleza a Aracati, estudando as praias e outros locais que poderão ser utilizados como atrações para os futuros turistas, principalmente o Museu de Aquiraz. (...) Além disso, o departamento está fazendo um calendário de nossas festas populares, notadamente aquelas de santos padroeiros dos principais municípios para que seja incluído no mapa turístico (Gazeta de Notícias, 29/01/1971).

A área cultural, que até meados da década de 1960 não despertara no governo estadual grande interesse de investimento, transformara-se numa atividade lucrativa, mas apenas se estivesse associada à atividade turística.

No Ceará, essa intenção de relacionar cultura popular e turismo por meio de uma política sistemática pode ser percebida desde a década de 1960. Na própria estrutura de funcionamento da Secretaria de Cultura do Estado criada em 1966, havia a Divisão de Atividades Turísticas, que tinha como objetivo promover e difundir o turismo no território estadual. De acordo com o plano de atividades culturais da Secretaria de Cultura, cabia à Divisão de Atividades Turísticas as seguintes competências:

1.1.4 – Compete à Divisão de Atividades Turísticas estudar e propor:

1.1.4.1 – a divulgação no Ceará ou fora dele, do que diga respeito ao melhor conhecimento da geografia e da vida econômica, social e cultural cearenses, utilizando para tal fim prospectos, álbuns, mapas, guias, catálogos, exibições cinematográficas e programas de rádio e televisão;

1.1.4.2 – a catalogação dos pontos ou acidentes geográficos de maior realce no território cearense, com o fim de estabelecer os melhores modos e meios de sua visitação turística;

1.1.4.3 – a criação de pousadas, motéis e restaurantes ao longo das estradas que sirvam a pontos de interesse turístico;

1.1.4.4 – os meios para a higienização de pousadas e hotéis já existentes;

1.1.4.5 – a organização de roteiros e excursões turísticas;

1.1.4.6 – o levantamento dos centros folclóricos no Estado, preservá-los e animá-los à realização de festejos e concentrações estimuladoras;

1.1.4.7 – o intercâmbio com entidades turísticas federais, estaduais e municipais (Secretaria de Cultura do Ceará, 1967, p. 251) [grifo meu].

Além de melhorar a infraestrutura do receptivo turístico, como hotéis, pousadas, restaurantes, a Divisão de Atividades Turísticas tinha a responsabilidade de fazer um levantamento dos centros folclóricos com o intuito de utilizá-los como um atrativo a mais para os turistas que visitavam o Ceará. Parecia haver uma espécie de espetacularização do popular que, em certa medida, aproximava-se da concepção do “curioso”, pois o povo e suas manifestações culturais despertavam a atenção dos turistas por expressarem, na visão deles, algo exótico e diferente.

Para atrair mais turistas e movimentar a economia, o governo precisava definir estratégias que ajudariam a tornar o Ceará um destino procurado por visitantes do Brasil e do exterior. Era necessário investir na construção de uma imagem do Ceará lá fora, definindo que símbolos representariam o estado, que ícones expressariam o espírito da gente cearense. Assim, dentro desse universo da cultura popular, as imagens do vaqueiro e do jangadeiro são escolhidas para expressar os “autênticos” tipos cearenses.

O vaqueiro, símbolo do sertão, visto por alguns como o responsável pelo povoamento da capitania, portador da ancestralidade do “povo cearense”; e o jangadeiro, expressão da gente do litoral, região que, com a implantação da política do turismo, passou a ser o principal atrativo para os visitantes. A apropriação da imagem desses dois tipos pelo turismo transformou aquilo que está relacionado a seus hábitos cotidianos, como o chapéu de couro e a jangada, por exemplo, em símbolos de representação do estado.³

O litoral passa a ser o principal alvo da política de turismo, mas o sertão não é descartado, e sim incorporado ao programa de interiorização do governo Adauto Bezerra, que pretendia aproveitar as potencialidades naturais e humanas do interior cearense na atividade turística. O Guia de Turismo de 1976 fala sobre a criação de quatro polos de turismo no

³ “A conversão de objectos e fenómenos culturais em património não é espontânea nem natural. Nem sequer é um fenómeno cultural universal. O património constrói-se, ou, se se quiser, utilizando as palavras de Llorenç Prats, ‘activa-se’. O que quer dizer que toda operação de construção ou activação patrimonial comporta em si mesma um propósito ou uma finalidade. Existe uma dimensão utilitária inerente a todo o processo de construção patrimonial” (Peralta, 2003, p. 85).

Ceará. São eles: I – Costa do Sol, II – Serra de Baturité, III – Cariri e IV – Ibiapaba. Mesmo não fazendo parte desses polos, alguns municípios do interior são integrados ao circuito turístico: Maranguape, Quixadá, Icó, Canindé e Sobral (Audifor, 1976). Sobre o turismo em Canindé,⁴ o Guia justifica dessa forma a importância da visita à cidade:

Canindé é uma das cidades religiosas do Estado. Esse município faz parte da arquidiocese de Fortaleza. Nele ergue-se a basílica de São Francisco de Assis, o ano inteiro visitada por romeiros de todo o nordeste do Brasil. Encravada no centro do sertão agreste cearense, é ligada a Fortaleza pela BR-020, em asfaltamento, da qual se separa por 128 km. (...) São pontos de visita: a igreja do Monte, os colégios de São Francisco e Santa Clara, o Monte dos Romeiros, o rio Canindé que passa atrás da matriz e, sobre tudo, a Casa dos Milagres (Audifor, 1976, p. 61).

Como Canindé não está numa região de paisagens paradisíacas, de belas praias, investe-se no turismo religioso como forma de atrair visitantes. Ainda sobre o turismo no sertão, o jornal Gazeta de Notícias de 10 de junho de 1973 dá destaque, num caderno especial, ao turismo em Quixadá.⁵ A matéria intitulada *Quixadá, entre os sertões e a serra* faz a seguinte afirmação sobre o lugar:

Viajando de automóvel ou de trem, quem chega a Quixadá, vai descobrindo, à medida que se aproxima da cidade, um cenário de grandes belezas naturais. Seus recursos são considerados um autêntico potencial cinematográfico, e pelo menos um filme já foi rodado nesse ambiente. Mas Quixadá não é só paisagem. O município tem muito do que fazer turismo. História, clima, passeios, curiosidades (Gazeta de Notícias, 10/06/1973, [n.p]).

⁴ Cidade do sertão central cearense, localizada a 110 quilômetros de Fortaleza, centro de romaria e um dos maiores santuários franciscanos do mundo.

⁵ Cidade do sertão central cearense onde se localiza o açude do Cedro, construído no final do século XIX pelo imperador D. Pedro II para minimizar os efeitos da seca de 1877. Quixadá também é conhecida por seus monólitos, formações rochosas que dominam boa parte da área do município e que atraem praticantes de voo livre.

A matéria fala sobre o levantamento que a prefeitura fazia das potencialidades turísticas do município, e indica aqueles que seriam os prováveis pontos turísticos da cidade: a fazenda Fonseca, onde fora rodado o filme “A morte comanda o cangaço”; a fazenda “Não me deixes”, de propriedade da escritora Rachel de Queiroz; a Casa de Repouso São José, onde o ex-presidente Castelo Branco dormiu sua última noite antes do acidente aéreo que o vitimou; e o açude do Cedro, que tem uma foto sua estampada na página do jornal mostrando, através da imagem e de dados, a grandiosidade da obra.

Acredito que a escolha do açude do Cedro como ponto turístico esteja relacionada com a tentativa do governo de desconstruir a imagem que se tinha do sertão cearense, sempre relacionado à seca. Ainda no jornal Gazeta de Notícias, encontramos uma matéria sobre um projeto de açudagem naquela que talvez seja a região que mais sofre com a estiagem no Ceará: os Inhamuns. A matéria, intitulada *Inhamuns. Uma experiência que fascina* fala sobre a transformação de uma área desértica num grande e fértil oásis: “A partir deste ano, o Governo cearense saberá se deu certo a tentativa de transformar num grande e fértil oásis o deserto árido e seco da Região dos Inhamuns, recém-saído de uma estiagem que durou quase três anos” (Gazeta de Notícias, 15/07/1973).

Apesar de emergir essa nova imagem do Ceará associada ao litoral, os vínculos com o sertão e tudo aquilo que o representa não são descartados, pelo contrário, são incorporados à lógica mercantil. Por volta das décadas de 1960 e 1970, o fortalecimento da atividade turística no Brasil fez com que o Estado e a iniciativa privada se apropriassem do popular e o resignificassem de acordo com os seus interesses, e nesse caso o que prevaleceu foi o seu uso econômico.

BIBLIOGRAFIA

AUDIFOR. *Guia de Fortaleza*. Fortaleza: Tipoprogresso, 1976.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Perspectivas de desenvolvimento do nordeste até 1980*. Turismo. Fortaleza: ETENE/BNB, 1971.

BENEVIDES, Mauro. *O Ceará e o seu desenvolvimento na área do turismo*, 1979.

NOBRE, Geraldo da Silva. *Para a história cultural do Ceará*. O Conselho Estadual de Cultura (1966-1976). Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1979.

PERALTA, Elsa. O mar por tradição. O patrimônio e a construção das imagens do turismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 83-96, outubro de 2003.

PEREIRA, Júlia Wagner. *O tombamento*. De instrumento a processo na construção de narrativas da nação. 2009. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SAMPAIO, Dorian; COSTA, Lustosa. *Anuário do Ceará*. Fortaleza: Stylus, 1973.

_____. *Anuário do Ceará*. Fortaleza: Stylus, 1974.

_____. *Anuário do Ceará*. Fortaleza: Stylus, 1975.

SECRETARIA DE CULTURA DO CEARÁ. *Revista Aspectos*. Fortaleza: Secult, n.1, 1967.